



REITERAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO DOS PARCEIROS DA CONATRAE REFERENTE À AVOCACÃO PELO MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUESTIONANDO FLAGRANTES DE TRABALHO ESCRAVO E IMPEDINDO INCLUSÃO NA LISTA SUJA

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE, por meio de suas entidades integrantes e parceiras signatárias, com indignação, vem reiterar sua inconformidade para com a repetida avocação ministerial de processos administrativos já concluídos após autuação fiscal em flagrantes de trabalho escravo, envolvendo sucessivamente as empresas JBS Aves Ltda, Santa Colomba Agropecuária Ltda e APAEB - Associação Comunitária de Produção e Comercialização do Sisal, resultando na sua não-inclusão ou sua exclusão do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

A decisão de avocação, fundamentada em pareceres da CONJUR/MTE (nº 2876/2025, nº 3151/2025 e nº 3108/2025) baseou-se explicitamente em critérios econômicos (no caso das duas primeiras), levando em consideração o "porte e relevância econômica da empresa envolvida". No caso da terceira, não explicitou qual seria o critério para determinar a anulação dos autos de infração lavrados, a imediata exclusão do Cadastro e o encaminhamento dos mesmos à Corregedoria para apuração de eventuais omissões no processo administrativo, determinando ainda a dispensa de publicação do despacho decisório.

A reiterada iniciativa ministerial, de forma escandalosa, confirma a instauração de **nova prática na qual o bel prazer do príncipe passe a definir o tratamento administrativo de fiscalizações já devidamente processadas pelos agentes e órgãos competentes.**

Trata-se de um regime administrativo de exceção, valendo-se de avocação indevida e sigilosa de processos administrativos de autos de infração, em violação das normas e procedimentos vigentes para o exercício do contraditório e ampla defesa pelos empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravizados, **instaurando ilicitamente a possibilidade de terceira instância recursal**, sem atuação técnica e jurídica da Inspeção do Trabalho.

Essa nova prática **contraria normas nacionais e internacionais, decisões do Supremo Tribunal Federal e compromissos internacionais** estabelecidos pelo país, constituindo-se em atentado explícito ao Estado Democrático de Direito, como já explicitamos na Manifestação dos Parceiros da CONATRAE emitida em 25 de setembro de 2025 e assinada por mais de 60 entidades¹.

A prática reiterada pelo Ministro do Trabalho e Emprego representa um **claro retrocesso na política pública** de combate ao trabalho escravo, ao **permitir que critérios de conveniência se sobreponham à aplicação técnica e impessoal da lei.**

Simultaneamente traz um afronto inaceitável aos Auditores Fiscais do Trabalho, com graves ameaças à sua

¹ Manifestação dos parceiros da CONATRAE referente à avocação do Ministro do Trabalho e Emprego no processo administrativo envolvendo a JBS AVES LTDA. Disponível neste [Link](https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/76023): <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/76023>

segurança e integridade, sendo relatados indícios da prática de assédio moral e institucional, ao determinar providências de possível cunho punitivo, podendo se configurar em ameaça implícita com efeito intimidatório ao exercício das prerrogativas institucionais dos Auditores.

Esta é uma situação inédita, especialmente na vigência de um Governo que elegeu como uma de suas prioridades a defesa e promoção da justiça, do direito, da transparência e da cidadania.

Por esses motivos, como membros e parceiros da CONATRAE, **acompanhamos com angústia, porém com total solidariedade, os Auditores e as Auditoras Fiscais do Trabalho engajados no combate ao trabalho escravo**, [na sua decisão de], **exercendo o [seu] direito de escusa de atividade de risco administrativo e funcional, amparado no direito de resistência do servidor público diante de ordens ou contextos manifestamente ilegais ou abusivos, NÃO realizar novas operações de fiscalização de combate ao trabalho escravo em âmbito nacional e regional. Esta escusa fundamenta-se exclusivamente em razões técnicas e de segurança institucional, não configurando interrupção voluntária das atividades, mas medida obrigatória diante de irregularidades verificadas.**

“[...] Tal medida não possui caráter grevista, sendo ato tomado em virtude da falta de transparência, insegurança jurídica e risco de assédio institucional decorrentes das recentes decisões do Ministro do Trabalho e Emprego. [...] em respeito ao Princípio da Economicidade, à vedação ao desperdício de recursos públicos e, sobretudo, ao imperativo humanitário de proteção às vítimas, as fiscalizações cujo início operacional já tenha ocorrido, entendidas como aquelas em que a equipe se encontre em deslocamento ou em campo, SERÃO MANTIDAS E CONCLUÍDAS pelos Auditores designados, com o rigor técnico habitual.”

“[...] a retomada plena das atividades de planejamento e fiscalização de combate ao trabalho análogo ao de escravizado está condicionada a: 1. Segurança Jurídica - Anulação ou suspensão dos efeitos das avocações que violaram a independência técnica; 2. Fim do Assédio - Garantia formal de que nenhum Auditor sofrerá retaliação ou processo correicional pelo exercício regular de suas atribuições de fiscalização; 3. Transparência - Abertura dos processos sigilosos de avocação para escrutínio público e dos órgãos de controle.”²

Em tempo, tomamos conhecimento da **Decisão prolatada no último dia 02 de dezembro, pela Juíza do Trabalho substituta da 11ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, TRT10, no bojo da Ação Civil Pública nº 0001704-55.2016.5.10.0011**, de 07/10/2025, reiterada em 28/11/2025, pela qual o Ministério Público do Trabalho requisitou o cumprimento - em relação aos atos ora praticados - da **Sentença de 21 de junho de 2017** (sentença transitada em julgado, no bojo da ACP nº 0001704-55.2016.5.10.0011, contra o então Ministro Ronaldo Nogueira e a AGU), a qual havia **determinado expressamente que a União e o então Ministro de Estado do Trabalho procedessem à publicação do Cadastro de Empregadores, com a inclusão de todos os administrados** que detenham contra si decisão administrativa final de procedência do auto de infração capitulado no artigo 444 da CLT, decorrente de exploração de trabalho análogo ao de escravo desde a data de 1º de julho de 2014.

Na sua Decisão de 02 de dezembro de 2025, a Juíza do TRT10, Dra. Katarina Roberta Mousinho de Matos:

DECLARA A INEFICÁCIA, perante este Juízo e para os fins desta execução, **dos atos administrativos decorrentes da avocação** consubstanciados nos Despachos Decisórios nº 3292/2025 (JBS AVES), nº 3341/2025 (SANTA COLOMBA) e nº 3756/2025 (APAEB), bem como de qualquer ordem de sigilo ou dispensa de publicação a eles vinculada no Cadastro de Empregadores, por violação direta ao título executivo judicial e aos princípios constitucionais da administração pública.

DETERMINA à União:

a) que proceda, no prazo de 5 (cinco) dias, à inclusão das empresas JBS AVES LTDA; SANTA COLOMBA AGROPECUÁRIA S.A.; e ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SISAL - APAEB no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, ante a existência de decisão administrativa final de procedência do Auto de Infração nº 22.969.642-2;

b) que se abstenha de utilizar o poder de avocação ou qualquer outro expediente administrativo para contornar,

² Trechos do projeto de Carta dos Auditores e Auditoras Fiscais do Trabalho dirigida à Secretaria de Inspeção do Trabalho e à Coordenação Geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravizados e Tráfico de Pessoas – CGTRAE

suspender ou postergar o cumprimento das obrigações fixadas na sentença desta ACP;

c) que comunique a este Juízo, no mesmo prazo, o cumprimento integral desta decisão, juntando comprovação da publicação atualizada do Cadastro;

d) que mantenha a regular atualização semestral do Cadastro, nos termos da Portaria Interministerial nº 4/2016 e do título executivo.

e) que se abstenha de classificar como sigilosos ou determinar a "dispensa de publicação" de atos decisórios que envolvam a gestão do Cadastro de Empregadores, sob pena de caracterização de crime de responsabilidade e ato de improbidade administrativa por violação à transparência.

Diante do exposto, a **Comissão Pastoral da Terra – CPT** e as entidades abaixo assinadas, reiterando e complementando manifestação anterior:

1. **REPUDIAM** a utilização de critérios de conveniência como fundamento para interferência política em processos técnicos da inspeção do trabalho;
2. **ALERTAM** para o grave precedente estabelecido, que compromete a integridade do sistema brasileiro de combate ao trabalho escravo;
3. **REAFIRMAM** a importância da autonomia técnica da fiscalização do trabalho como elemento estruturante da proteção aos direitos fundamentais dos trabalhadores;
4. **EXORTAM** as autoridades competentes a preservarem a independência da inspeção do trabalho, conforme determinado pelas normas internacionais ratificadas pelo Brasil;
5. **SOLICITAM** que sejam adotadas medidas para garantir que a política nacional de erradicação do trabalho escravo não sofra retrocessos em razão de interferências políticas baseadas em critérios alheios.
6. **EXORTAM** o Ministro do Trabalho e Emprego para que revogue ou/e se abstenha de qualquer despacho ministerial determinando a avocação ministerial de processo administrativo.
7. **APOIAM** a decisão dos Auditores Fiscais do Trabalho em sua determinação de continuar exercendo sua missão de combate ao trabalho escravo com a condição de ver respeitadas todas as garantias associadas ao seu mandato.

A proteção contra o trabalho escravo constitui obrigação *erga omnes* do Estado brasileiro, não podendo estar sujeita a cálculos ou conveniências que comprometam sua efetividade.

Brasília, 03 de dezembro de 2025 [reunião da Conatrae] e 09 de dezembro de 2025 [encerramento das adesões].

1. Comissão Pastoral da Terra – CPT
2. Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins - APA-TO
3. Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA
4. Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – ABRASTT
5. Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais do Trabalho - AGITRA
6. Associação Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - ANAFITRA
7. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, MG
8. Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos ‘Carmen Bascaran’ - CDVDH/CB, MA
9. Centro de Direitos Humanos de Cristalândia Dom Heriberto Hermes - CDHC, TO
10. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES, MG
11. Centro de Estudos Bíblicos - CEBI-MG
12. Centro de Formação em Educação Quilombola do Vale do Jequitinhonha, MG
13. Centro de Formação Saberes Ka'apor [PA]
14. Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo
15. Clínica de combate ao trabalho escravo da UFPA
16. Coletivo Maparajuba Direitos Humanos na Amazônia - PA
17. Colônia dos pescadores profissional artesanal Z 10 - PA
18. Comissão Dominicana Justiça e Paz do Brasil
19. Comissão Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
20. Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, da Bahia - COETRAE BA

21. Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, da Paraíba - COETRAE PB
22. Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, do Rio de Janeiro - COETRAE RJ
23. Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, do Tocantins - COETRAE TO
24. Comissão Justiça e Paz da CNBB, Regional Sul 1
25. Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais – CONTAR
26. Conselho de Gestão Ka'apo [PA]
27. Conselho Indigenista Missionário Regional MT – CIMI MT
28. Fórum Direitos Humanos e da Terra Mato Grosso
29. Greenpeace Brasil
30. Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo - GPTEC/NEPP-DH/UFRJ
31. Grupo de Trabalho de Combate à Escravidão Contemporânea da DPU - GTCEC DPU
32. IFNMG Campus Quilombo Minas Novas, MG
33. Instituto Migração, Gênero e Raça - I-MiGRa
34. Instituto Trabalho Decente - ITD
35. Instituto Trabalho Digno – ITD
36. Instituto Zé Cláudio e Maria - IZM, PA
37. Kaipora – Laboratório de Estudos Bioculturais, Unidade UEMG-Ibirité
38. Movimento Humanos por Direitos - MHUD
39. Papel Social Pesquisa e Análise de Dados
40. Projeto Ação Integrada – PROJAI, da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
41. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
42. Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho AGITRA Sindical
43. Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho no Estado da Bahia – Safiteba
44. Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT